

A TEORIA DA EXISTÊNCIA¹

Rubi Rodrigues²

RESUMO

Tanto a filosofia como a ciência têm descuidado de esclarecer o que seja ou o que possa significar existir em sentido ontológico, isto é, no sentido de esclarecer, de modo formal, como fenômenos que vêm à existência transitam de mera potência de existir para existência em ato, marcando presença no mundo. Sem saber o que significa existir, qualquer discurso sobre o mundo – cuja existência todos reconhecem – assume um risco que afronta as nossas pretensões de rigor inferencial. Neste trabalho, valemo-nos do modo de pensar de Platão para buscar resposta.

Palavras-chave: Existência. Platão. Metafísica. Equação da Existência. Cosmovisão.

1 A QUESTÃO

Todo discurso humano refere-se, inexoravelmente, à existência, quer se trate de uma existência em ato ou se trate de uma existência meramente potencial. O foco do discurso humano é sempre algo existente, e uma das razões disso é estrutural: não temos recursos mentais para objetivar, pensar ou predicar a inexistência, da mesma maneira que não temos recursos inferenciais para predicar o absoluto. Podemos, naturalmente, pensar um potencial que não possa ser – no presente momento ou, virtualmente, nunca – realizado em ato, mas, mesmo nesses casos, tratar-se-á de algo existente em potência, ainda que exista apenas na cabeça de quem pensa. Parmênides já recomendava na Antiguidade Grega que “homens sensatos não perdem tempo com a inexistência”. Apesar disso, tanto a filosofia como a ciência têm descuidado de esclarecer o que seja ou o que possa significar existir em sentido ontológico, isto é, no sentido de esclarecer, formalmente, como fenômenos que vêm à existência transitam de mera potência de existir para existência em ato, marcando presença no mundo. Ora, esclarecer como se dá esse trânsito de potência para ato significa conceituar formalmente a própria existência sobre a qual discursamos. Sem isso, qualquer discurso sobre o mundo – cuja existência todos reconhecem – assume um risco que afronta as nossas pretensões de rigor inferencial. Sem a clara compreensão do que significa existir, podemos estar usando premissas absolutamente equivocadas em nossas considerações sobre o mundo. Portanto, ao contemplarmos a existência, neste estudo, pretendemos ampliar a confiabilidade das nossas análises e das nossas conclusões sobre o mundo, sejam elas de cunho científico, político, religioso, sociológico ou filosófico. Neste artigo, tentamos, portanto, em alguma medida, elucidar essa questão.

¹ Este texto constitui versão aperfeiçoada de trabalho intitulado A equação da existência, publicado em outubro de 2025 e, posteriormente, retirado de publicação.

² CEO da Academia Platônica de Brasília, pesquisador em teoria do conhecimento e metafísica.

2 CONDIÇÕES DE CONTORNO, PREMISSAS, AXIOMAS

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que estamos focalizando o percurso que separa pura potência de existência em ato, em perspectiva metafísica grega clássica, nos moldes da perspectiva que embasava o modo de pensar de Platão³, a qual lança raízes na Teoria dos Princípios de Pitágoras, que estabeleceu o *ilimitado* e o *limitante* como princípios originários do universo. Segundo essa perspectiva, o universo conhecido resulta da imposição de limites a uma existência ilimitada, implicando considerar que o âmbito total da existência contempla duas naturezas distintas: uma ilimitada e eterna e outra limitada e em permanente mutação. Com essa explicação, não pretendemos transmitir ao leitor a perspectiva adotada por Platão, isso terá de ser buscado em outro lugar⁴, mas apenas indicar que, neste estudo, ao contemplarmos o percurso que separa potência e ato, estamos procurando explicação capaz de justificar o próprio advento do universo e não, meramente, o processo criativo dominado pelos humanos.

O percurso que separa potência e ato invoca, de modo evidente, o processo de criação que todos nós operamos. Todo artesão dispõe de um método que utiliza nas suas próprias criações. Ele parte de uma ideia e culmina na produção de uma obra que passa, então, a fazer parte do mundo e, portanto, passa a existir. Nessas criações humanas, cada artesão tem um método particular, específico e variável, segundo propósitos pessoais. Tratando-se de um engenheiro que constrói pontes, o método é um; tratando-se de um arquiteto que constrói casas, o método é outro; tratando-se de um escultor, ele também possui um método próprio e assim por diante. Todos eles geram obras que passam a existir no mundo e, nesse sentido, são criadores. Os métodos humanos de criação são específicos e diferentes uns dos outros – em razão dos propósitos e dos recursos usados –, todos eles criam existência em ato. Entretanto, em plano essencial desses processos – quando elimina-se tudo o que for específico da criação de um fenômeno determinado e retém-se apenas os componentes lógicos e ontológicos (metafísicos) do processo geral de criação –, esses métodos devem obedecer às mesmas determinações da natureza que preside a instância relativa da existência e que somente pode admitir, na existência, fenômenos capazes de integrar-se na ordem universal que essa natureza estabelece. São essas determinações estruturais próprias da natureza relativa que nos interessa formalizar, com vistas a entender o processo geral e universal de criação, dado que esse conhecimento potencializa referencial aplicável a qualquer fenômeno existente. Observemos que a própria ciência toma por objetos apenas fenômenos já presentes na instância espaço-temporal, ainda que esteja atualmente interessada nos fundamentos quânticos da matéria. Matéria e espaço, porém, também foram criados, e a ciência, em virtude da sua lógica de base, que contempla causa e efeito, apenas consegue retroceder até o Big Bang. Não consegue ir além, justamente por não contar com uma solução metafísica que explice, naquela instância inaugural, a conversão de potência em ato existencial.

³ Estamos habilitados para tanto porque formalizamos, em linguagem lógica e ontológica moderna, a dialética de Platão, o que nos permite aplicar o modo de pensar dele a problemas contemporâneos. Ver, entre outros, Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024.

⁴ Como, por exemplo, em Rodrigues, 2016.

Estabelecido o caráter metafísico da nossa questão, cumpre destacar que essa perspectiva implica considerar que a edificação da existência limitada ocorre a partir da instância ilimitada da existência, em processo de caráter cumulativo, de complexidade informacional crescente, e em fases ontológicas essenciais que precedem a instalação ou a manifestação do fenômeno na existência. Isso significa que estamos entendendo por fases ontológicas aquelas relativas ao processo criativo que antecede a existência em ato, e, dado que espaço e tempo também foram criados, essa precedência ontológica resulta ser não temporal, mas, sim, organizativa do desdobramento de complexidade crescente, até que o fenômeno em construção adquira a compleição recepcionada pela natureza da existência relativa e, assim, conquiste assento privativo e em ato nessa existência. Em síntese, isso quer dizer que a perspectiva metafísica entende que o universo edifica-se em instâncias organizativas de crescente complexidade organizativa, partindo de um ponto da maior simplicidade e endereçando um horizonte virtualmente ilimitado de crescente complexidade. Nessa perspectiva, o universo conhecido constitui o âmbito de manifestação da organização.

Impõe-se necessário também destacar que a perspectiva metafísica precisa de apenas um único axioma: a tese de que o universo veio à existência e não constitui um universo eterno. Aceito esse axioma, o restante visualizado pela perspectiva constitui derivações e consequências, lógica e ontologicamente articuladas, que, em virtude de tais características, podem ser formalmente descritas.

Por complemento, cabe reforçar que a busca pelo processo ontológico que gera existência em ato visa a instrumentalizar a mente humana com um referencial de aplicação universal, capaz de contemplar qualquer questão e, portanto, de habilitar-nos para enfrentar qualquer problema. Essa habilitação, naturalmente, situa-se em plano que antecede qualquer existência particular, antecede o caso concreto, tratando-se, dessa forma, de uma concepção metafísica situada em plano filosófico anterior ao conhecimento científico próprio dos casos concretos. O método criativo do artesão apresenta compleição científica ao se aplicar a um caso particular existente. O que almejamos, neste trabalho, é identificar e formalizar o processo ontológico universal que instala a existência relativa, de modo que, esclarecidos a respeito da estrutura constitutiva da existência, estejamos habilitados a contemplar, racional e metodicamente, qualquer fenômeno particular, ainda que desconheçamos os detalhes científicos envolvidos. Procuramos, aqui, portanto, uma postura filosófica adequada para um ser munido de inteligência, diante de um mundo organizado por uma natureza determinante, que cria estruturando energias de modo inteligente. Essa postura somente pode ser adequada na medida em que identifica e estabelece, de modo formal, correspondência entre a inteligência interpretativa humana e a inteligência constitutiva dessa natureza.

Por último, destaca-se que o referencial perseguido, ao contemplar o advento da existência em geral, constitui o referencial mais elementar ou básico que se pode almejar para contemplar o universo que nos recepciona bem como os fenômenos que fazem parte dele. A condição inaugural do mundo é o fato de ele existir, de modo que dispor de uma tese capaz de explicar o advento da existência representa a condição básica que

pode instrumentalizar a mente humana para uma postura interpretativa adequada e minimamente segura diante de tudo o que existe.

3 ANTECEDENTES

Costuma-se aceitar que a filosofia ocidental nasce na Grécia Clássica em perspectiva metafísica, isto é, tomando por objeto o ser e a existência. Com a sucessão das eras civilizatórias, a perspectiva metafísica perdeu forças, e a filosofia experimentou outros olhares, contrapondo realismo e nominalismo, priorizando a consciência na fase idealista, contrapondo existencialismo e fenomenologia e desaguando, enfim, em uma filosofia analítica que contempla mundos possíveis e apenas conserva o ser como valor de uma variável. Apenas na segunda metade do século XX, em razão de perplexidades surgidas com o avanço da Física Quântica, emergem percepções ou desconfianças de que talvez seja necessário retomar a perspectiva metafísica para que se possa oferecer respostas racionais para certas questões. No mesmo período, a Escola de Tübingen e de Milão resgata a importância das chamadas *doutrinas não escritas de Platão*, o que confere novo alento aos estudos platônicos, e requisita uma nova interpretação daquela obra. As nossas pesquisas situam-se a jusante desse movimento e não representam uma interpretação mais competente dos diálogos platônicos, mas, sim, algo muito mais importante do que isso: o resgate do referencial cognitivo que presidia o modo de pensar de Platão. Com esse resgate e com a formalização, em termos modernos, desse referencial cognitivo, torna-se possível não apenas aplicar esse modo de pensar no enfrentamento de problemas contemporâneos, como viabiliza-se transmitir esse referencial para que mais pessoas possam usufruir das suas potencialidades interpretativas⁵. Destacamos, com isso, que estas considerações sobre a existência estão sendo formuladas, tendo como referência o modo de pensar de Platão.

Os estudos desenvolvidos em todos os tempos sobre a questão da existência acompanham, naturalmente, o mesmo percurso cumprido pela filosofia, que se afasta da perspectiva metafísica e, apenas mais recentemente, retorna ao leito do rio. Dessa maneira, os antecedentes mais valiosos da questão encontram-se na Antiguidade, e ater-nos-emos a eles, já que visões não metafísicas apenas podem contribuir marginalmente para a elucidação da questão. Quem tiver curiosidade adicional consulte a Inteligência Artificial (IA) que fornecerá relatos dos casos mais importantes.

Na cultura ocidental, a percepção mais antiga disponível sobre a questão da existência é de Parmênides (sec. V a.C.), o qual afirmou que “o ser é, e o não ser não é”. Existem diferentes interpretações sobre o que essa sentença significa, e o fato de o grego clássico não dispor de duas palavras para designar ser e existir aporta dificuldade adicional à diferença cultural que nos separa da época de Parmênides. Na perspectiva de Platão, a sentença resulta ser clara: não existência absoluta é uma impossibilidade. O axioma da metafísica, aceitando que o universo veio à existência, implica que o seu advento exige a precedência antológica da possibilidade de isso vir a ocorrer, o que, por sua vez, implica uma existência não criada. Com isso, o não ser mencionado na sentença apenas pode indicar uma inexistência absoluta, um nada absoluto, cuja “existência” ou

⁵ Para esse fim específico, foi criada a Academia Platônica de Brasília, que oferece um centro de estudos filosóficos, disponível em <https://academiadeplatao.com.br/>.

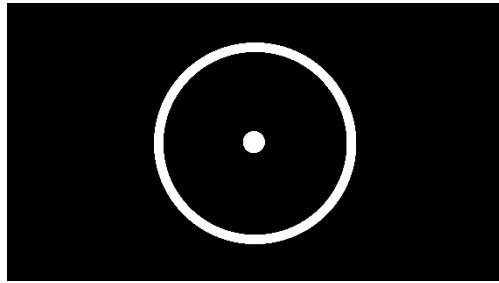
inexistência acarretaria a impossibilidade de qualquer existência: um nada absoluto não pode ser fonte de alguma coisa. Além de afastar a não existência absoluta, a sentença implica distinguir, na existência, duas naturezas distintas, uma absoluta e criada e outra criada e relativa – entendido esse relativo sobretudo como limitado. Assim, resta organizado o “território” ou o âmbito da existência em duas instâncias distintas bem caracterizadas. É com base nessa concepção da existência que Pitágoras vai formular a sua teoria dos dois princípios (o *ilimitado* e o *limitante*), a qual embasa racionalmente a perspectiva metafísica⁶.

Platão (sec. IV a.C.) vai designar a existência absoluta por *uno* e utilizar o termo *ser* para indicar, de modo geral, tudo o que foi criado, mas também para indicar o *ser* individualizado dos fenômenos criados, que, no caso do fenômeno humano, fomos, nós, levados a entender como *ser-energia*, portador da vida, e como *intelecto*, operador da consciência, tudo em conformidade com a distinção efetuada pela língua portuguesa, ao catalogar dois termos distintos: *ser* e *existir*. Platão reconhece a incapacidade mental humana para predicar o *uno*, em virtude da natureza absoluta que lhe corresponde e do caráter limitado dos nossos recursos inferenciais. Entretanto, visando a tornar o conceito mais inteligível, vale-se da geometria e afirma que o *uno* não tem limites internos nem limites externos, o que nos remete ao conceito geométrico de ponto desprovido de amplitude ou de dimensão⁷. À vista disso, podemos entender que, na perspectiva metafísica, ao *uno* de Platão, que é a origem de tudo, corresponde, na existência, um âmbito desprovido de amplitude, isto é, um âmbito adimensional, restando estabelecido, ao mesmo tempo, que a existência adimensional, em termos de complexidade organizativa, representa a instância mais simples concebível, além da qual nada pode ser sequer pensado. Tomando esse *uno* de máxima simplicidade organizativa como origem de todos os fenômenos criados, e tendo em conta que os entes existentes constituem complexidades organizativas compostas de partes e fechadas em unidades, Platão estabelece uma instância de totalidade como limite configurador da existência dos entes, além da qual, tampouco nada pode ser pensado. Com isso, delimita a existência relativa, posicionando-a entre *uno* e *todo*, em solução conceitual simples e elegante, como devem ser princípios. De modo absolutamente consequente, a cosmovisão de Platão descreve-se com um círculo, contendo um ponto no centro, conforme a Figura 1 a seguir.

⁶ Sem defender que a fonte de Pitágoras tenha sido Parmênides. Embora eles tenham sido contemporâneos, parece mais provável que Pitágoras tenha-se valido de fontes egípcias.

⁷ Tomando-se como referência a figura plana do círculo, temos de admitir que o seu limite interno é representado pelo raio e o seu limite externo, pela circunferência. Quando se reduz o raio – o limite interno –, reduz-se, também, proporcionalmente, a sua circunferência e, portanto, o seu limite externo. Quando o raio, no limite, torna-se nulo, desaparecem simultaneamente tanto os limites internos como os limites externos, restando apenas a figura do ponto, conceituado como lugar no espaço desprovido de dimensão. Dado, porém, que não se está referindo ao espaço, mas, sim, à existência, temos de conceituá-lo como lugar da existência, desprovido de dimensão.

Figura 1 – Modelo cosmológico de Platão



O centro representa o uno, a origem de tudo, e a circunferência periférica, a criação. Um modelo geométrico que exige, visualmente, processo criativo não visível que conecte o centro à periferia, de modo rigorosamente consequente, isto é, de modo matemático.

4 A EQUAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Com o concurso do modelo cosmológico de Platão, expresso em termos matemáticos, no sentido grego clássico⁸, no caso, formalmente geométrico, requerendo e localizando o processo de criação em seu mais alto nível metafísico, podemos, a partir de agora, dedicar-nos à formalização do modelo, convictos de que o leitor terá em mente o mesmo objeto que nós: a equação geradora da existência.

Quais são as propriedades que essa equação precisa ter para que possa cumprir o papel que lhe cabe de explicitar o percurso criativo que se estende do uno à totalidade do fenômeno criado, tendo em conta que o uno configura mera potência existencial e que a totalidade configura existência em ato, marcando presença no mundo?

A primeira condição é que essa equação criativa deve ser única, ou seja, uma, e a mesma equação, para todas as instâncias e para todos os quadrantes da criação. A razão mais evidente dessa singularidade é o fato de o uno não admitir divisão e partes, visto que estas suprimiriam dele a condição absoluta e ilimitada. Desse modo, a partir do uno, somente pode transcender ou ter origem uma e mesma singularidade que, na mesma medida, demanda ou admite uma e mesma recepção ou tratamento.

A segunda condição indispensável é a de que essa equação precisa ser autorreplicante ou recursiva, de modo a justificar os diferentes níveis organizativos ou os diferentes graus de complexidade organizativa, presentes nos fenômenos existentes que compõem a diversidade fenomênica do mundo. A Tabela Periódica de Elementos oferece um exemplo que mostra perfeitamente como a natureza organiza-se em camadas crescentemente complexas e informadas, cada uma delas representando uma nova criação e cada uma exigindo, em essência, o concurso da mesma equação criativa. A condição recursiva evidencia tanto a economia quanto a genialidade do processo criativo.

A terceira condição indispensável é que a equação produza complexidade crescente, configurando-se como processo cumulativo de informação, de organização e

⁸ As matemáticas envolviam, então, aritmética, geometria plana, geometria sólida (ou estereometria), astronomia e harmonia (ou música).

de energias, que parte de uma energia inicial unitária e indivisível e culmina em totalidade também unitária, mas complexa, isto é, composta por partes. Partes essas constituídas, normalmente, de outras totalidades de menor acervo informacional e organizativo, que podem ser subtraídas da totalidade principal da qual são partes. A exceção fica por conta das chamadas partículas quânticas, nas quais os esforços de divisão não encontram outras partículas, mas apenas energias e tensões simétricas ontologicamente anteriores à configuração organizativa que tipifica o que chamamos de matéria.

A quarta condição indispensável é que a equação criativa promova amplitude existencial suficiente, privativa e adequada, para comportar o fenômeno que está sendo criado. O universo criado certamente tem amplitude superior àquela que recepciona o uno, de modo que, para que a criação transite de uma energia inaugural indivisível até o todo existencial, a equação precisa desdobrar amplitude crescente até poder recepcionar a instância de totalidade do fenômeno criado.

A quinta condição indispensável é que a equação criativa gere sempre um mesmo produto, como convém a toda equação matemática. Já indicamos que o produto da criação configura-se como totalidade fenomênica complexa, organizada e fechada em unidade existencial. No sentido de indicar, de modo inteligível, o conteúdo ôntico próprio dessa instância de totalidade, optamos pelo conceito de *inteligência organizativa realizada*. Desse modo, a equação criativa gera sempre uma inteligência organizativa na forma de totalidade, que determina, molda e preserva o fenômeno para que ele seja o que é e não seja algo diferente do que é. Obviamente, cada fenômeno dispõe de inteligência organizativa própria e, virtualmente, privativa. Com a expressão inteligência organizativa realmente realizada, estamos resgatando a mesma percepção contida na teoria das ideias ou das formas de Platão. Oportunamente, justificaremos melhor essa escolha.

Por último, vale esclarecer por que esse processo criativo deve constituir-se ou admitir ser expresso como equação matemática. Todos os fenômenos existentes em nosso mundo constituem fenômenos complexos intelligentemente organizados. O fato de telescópio colocado em órbita da Terra, contemplando variações do espectro luminoso, conseguir entender o que se passa a milhares de anos-luz daqui, representa demonstração efusiva da ordem vigente no universo. Para que toda a criação contemple esse grau de precisão organizativa, parece que fica requerida uma ciência exata, de modo que apenas as matemáticas poderiam dar conta dessa construção. Daí optarmos pela expressão *equação criativa da existência*.

Estabelecida a exigência de uma solução única, a necessidade de essa solução ser recursiva – gerando complexidade crescente, disponibilizando amplitude adequada para comportar o universo conhecido, gerando um único produto na forma de inteligência organizativa conformadora e determinadora de todo fenômeno existente e operando, de modo preciso, tal como uma equação matemática – parece que se está diante da demanda de um poder ou de uma inteligência criativa divina ou que, ao menos, merece ser qualificada como produto de uma genialidade divina. Veremos adiante que essa impressão não resulta ser exatamente infundada.

Se tivéssemos nós que descobrir essa solução, estaríamos, como se diz, em maus lençóis. Felizmente, a Antiguidade legou-nos a solução desse problema, pelo menos, em parte. É de conhecimento acadêmico universalizado que devemos a Pitágoras a tese dos dois princípios – o *ilimitado* e o *limitante* – como princípios originários do universo, mas é de percepção moderna da Academia Platônica de Brasília (APB) que Pitágoras, na verdade, ofereceu-nos uma teoria dos princípios completa que comporta, além dos dois princípios mencionados, a especificação matemática do limitante. Em outras palavras, ele não ofereceu apenas consistente solução para os princípios primeiros, mas também ofereceu-nos solução indicativa da estrutura constitutiva desse limitante, expressa na forma de uma equação matemática: $[1 + 2 + 3 + 4 = 10]$. Denominada de *Santa Tetraktys*, era sobre essa equação que o iniciado jurava fidelidade à Ordem Pitagórica ao ser admitido na comunidade. Essa denominação revela o estatuto divino que lhe concediam os pitagóricos, e o motivo é estrutural à perspectiva metafísica. Sendo o *ilimitado* a fonte de onde o ser-energia brota, na condição de movimento existencial, estamos diante de uma transcendência entre uma natureza absoluta e estática e uma natureza relativa caracterizada pelo movimento. Quem transcende é um ser-energia, e a instância existencial na qual ele se manifesta em movimento tem uma natureza própria obviamente correspondente a uma existência em movimento. Não se trata, portanto, de uma natureza criada, mas, sim, de uma natureza existente desde sempre em potência e apenas despertada com o advento do ser-energia que inaugura o processo de criação. Essa natureza incriada é a nossa equação da criação, indicada pelos pitagóricos como *Santa Tetraktys*, um modelo que tenta explicar, em termos matemáticos, como ocorre a conversão de potência de existir em existência em ato, marcando presença no mundo⁹.

Existe um testemunho confiável de que essa equação, designada também por Década Sagrada, indicava o processo criativo do universo e que teria sido o modelo de criação adotado por Platão e assimilado em sua cosmovisão. Em Rodrigues (2016, p. 55), o testemunho de Filón de Alexandria encontra-se registrado. Nem esse testemunho nem qualquer outro registro de que se tenha notícia esclarecem, porém, qual a leitura ôntica que os pitagóricos faziam dessa equação. O que se sabe é que Pitágoras teve acesso a essa compreensão nos templos do Egito, onde, na ocasião, contava-se de cinco em cinco e não de dez em dez, como fazemos atualmente. Isso ocorria assim porque os egípcios entendiam que cinco completava um todo. A Década Sagrada contempla cinco termos e, nesse sentido, preserva a percepção egípcia, mas, ao mesmo tempo, para nós modernos, parece antecipar o sistema decimal que seria adotado mil anos mais tarde. A equação algébrica revela o modo mais natural de obter-se a dezena que alicerça o sistema decimal e, com isso, contempla uma das propriedades que a Equação da Existência precisa conter, que é o poder de replicar-se ao infinito. Não apresenta, porém, a faculdade de gerar amplitude, dado que, aritmeticamente, contempla apenas o quantitativo. A solução ôntica deve, então, ser outra.

⁹ As religiões adâmicas referem-se a essa trilogia metafísica inaugural do universo, assimilando o *ilimitado* a Deus, o ser-energia ao Filho e a inteligência criativa ao Espírito Santo, aproveitando designação proposta inicialmente, ao que tudo indica, por Filón de Alexandria (10 a.C – 50 d.C).

O processo de estudos que nos levou a identificar tanto a estrutura como os componentes ônticos da equação geradora da existência, em termos capazes de atender aos requisitos anteriormente apontados, durou mais de trinta anos, e um resumo desse esforço encontra-se registrado na obra acima citada, e parece dispensável repeti-la aqui¹⁰. Nossas pesquisas iniciaram-se em 1981, com foco em teoria do conhecimento na perspectiva idealista e fenomenológica, tomando por referência os estudos de lógica do filósofo brasileiro Luiz Sérgio Coelho de Sampaio (1933-2003). Consistiram, basicamente, em um mergulho introspectivo na mente, na busca dos padrões distintos assumidos pelo pensamento, tendo como referência as cinco lógicas propostas por Sampaio e a hipótese de que padrões distintos de pensamento deveriam resultar da adoção de padrões lógicos específicos também distintos, de modo a preservar o entendimento corrente de que lógica constitui lei normativa e reguladora do pensamento. O resultado foi publicado em 1999, na obra intitulada *A razão holística: método para o exercício da razão* (Rodrigues, 1999). Nesse trabalho, valorizamos o termo logos de origem pré-socrática para indicar a estrutura de recursos inferenciais disponíveis no projeto humano e concluímos por descobrir que quatro dos cinco padrões lógicos identificados por Sampaio constituíam movimentos típicos das quatro diferentes amplitudes dimensionais presentes na natureza, segundo a nossa interpretação da tese de Einstein. O quinto padrão de pensamento derivaria de uma lógica holística e corresponderia à instância de totalidade do logos e da razão humana. Com isso, ajustando a tese de Sampaio em dois pontos não essenciais¹¹, adotamos o logos como mapa da razão, distinguindo as quatro primeiras dimensões que disponibilizavam quatro amplitudes distintas e, consequentemente, quatro padrões lógicos de pensamento também distintos. Completamos a estrutura com uma instância de totalidade que fechava a estrutura dimensional em uma unidade e defendemos que essa instância de totalidade viabilizava um pensamento correspondente. Desse modo, o logos ali considerado, que corresponde à inteligência criativa ou à Equação da Existência, conforme designação que adotamos presentemente, ficou definida como estrutura geométrica de amplitude dimensional crescente em quatro instâncias, completadas com uma quinta instância de totalidade.

Por conseguinte, em 2013, quando passamos a estudar a obra de Platão e habilitamo-nos em profundidade na perspectiva metafísica, tivemos a maior surpresa ao constatar que o referencial que presidia o modo de pensar de Platão correspondia, com precisão de detalhes, ao logos da racionalidade que havíamos intuído. Com isso, fomos capazes de entender e de especificar, logicamente, o modo de pensar de Platão, de entender a sua dialética, de compreender quão decididamente ele era pitagórico e de perceber que a ele devemos atribuir a superação das dificuldades que, em teoria do conhecimento, separam sujeito e objeto. Com o esclarecimento formal da correspondência lógica e ontológica entre sujeito e objeto, pela primeira vez na história, viabilizava-se uma teoria formal do conhecimento que atende às exigências de rigor

¹⁰ Quem se interessar encontrará um conjunto de coincidências que, curiosamente, tornaram esse desfecho possível, embora tenhamos de tomar cuidados ao falar de coincidência em um universo determinado por uma equação matemática.

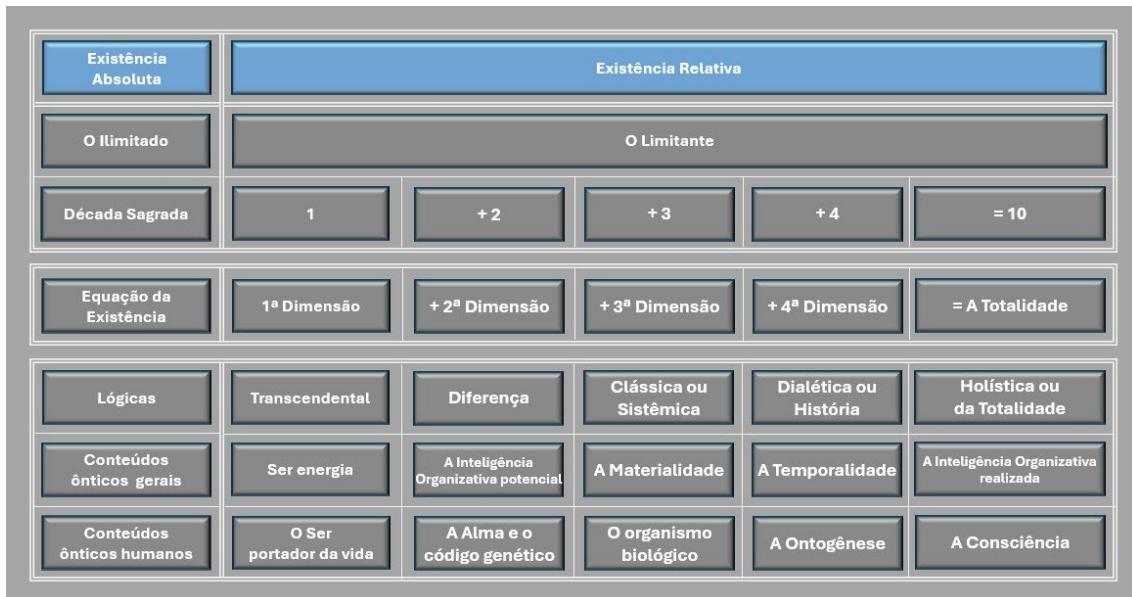
¹¹ Essas diferenças são apontadas nos três estudos de lógica que integram a obra *A teoria dos princípios... de Platão?*, na condição de apêndices (Rodrigues, 2016).

requeridas pela ciência. Desde então, assumimos, decididamente, a perspectiva metafísica e passamos a estudar as suas implicações no modo humano de ver o mundo e a realidade. O resultado prático mais evidente foi a superação paulatina da confusão conceitual pós-moderna comum a todos os viventes desse período civilizatório, na medida em que nos capacitávamos a operar, com desenvoltura, o modo platônico de pensar.

Dessa forma, a construção do modelo representativo da Equação da Existência inicia-se com a existência absoluta e a existência relativa de Parmênides; segue com a Teoria dos Princípios de Pitágoras, a qual explica o processo de criação do mundo objetivo; avança com a extensão do modelo criativo pitagórico ao mundo subjetivo, realizada por Platão, acolhendo sugestão de Parmênides, segundo o qual ser e pensar são a mesma coisa; aperfeiçoa-se com as cinco lógicas identificadas por Sampaio; e ganha expressão geométrica, virtualmente definitiva, com a nossa percepção do caráter dimensional dos quatro primeiros termos da Década Sagrada de Pitágoras e com a constatação de que os cinco padrões lógicos operados pela mente humana constituem movimentos inferenciais precisamente correspondentes aos movimentos existenciais presentes na natureza, quando organizamo-la dimensionalmente, segundo a estrutura da Década Sagrada.

Esquematizamos graficamente isso na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – A Equação da Existência, seus antecedentes e seus consequentes



Tomando esse esquema como referência, teçamos algumas considerações que possam facilitar o entendimento da Equação da Existência. O esquema centraliza essa equação, colocando os seus principais antecedentes conceituais acima e, abaixo, alguns dos seus principais consequentes. A Equação da Existência pode ser entendida como uma versão geométrico-dimensional da Década Sagrada matemática de Pitágoras. Essa diferença não nos autoriza afirmar que o entendimento pitagórico era simplesmente matemático e quantitativo e não geométrico e dimensional como o nosso. Sabe-se que a comunidade pitagórica impunha segredo sobre todo o conhecimento

ministrado e até existe registro de punição imposta pela divulgação extramuros de segredo da ordem. A expressão matemática da *Santa Tetraktys* foi preservada, segundo consta, nos textos de Arquitas adquiridos por Platão. Arquitas era um membro destacado da Ordem, e não se pode deixar de considerar a hipótese de que esse registro matemático tenha sido uma versão intencionalmente assim criada, que permitia ocultar dos não iniciados o seu verdadeiro significado geométrico. Afinal, não se pode imaginar uma equação geradora do universo desprovida da capacidade de gerar a amplitude existencial necessária para comportar a natureza conhecida.

O segundo aspecto que merece destaque é o fato de a Equação da Existência operar cumulativamente, de modo que o fenômeno em geração apenas ganha assento no mundo ou na existência relativa, ao atingir a quinta instância de totalidade e apenas na condição de totalidade. Isso significa considerar que os quatro estágios organizativos anteriores são meramente ontológicos e não existem em ato por si só, mas apenas enquanto partes componentes, indispensáveis, da totalidade à qual pertencem. A implicação mais impactante sobre a nossa anterior forma de ver o mundo e as coisas é perceber que o nosso organismo, com os seus cinco sentidos de percepção, pertence apenas a uma das instâncias que integram a nossa totalidade existente, no caso, à terceira dimensão do ente que somos, situada exatamente no meio da equação e, não, no cume dela ocupado pela inteligência organizativa efetivamente realizada e pela consciência. Os cinco sentidos apenas percebem elementos presentes no espaço e servem para orientar a presença e o deslocamento do nosso organismo no espaço, pois esses sentidos não dispõem de recursos capazes de perceber qualquer coisa presente fora das três dimensões do espaço ou dotada de amplitude distintas. Qualquer elemento pertencente as outras quatro instâncias apenas conseguem ser percebidos pela razão, sendo esse o motivo que levou Platão a distinguir o visível do inteligível. O ser, a alma, o tempo e a consciência apenas podem ser percebidos pelo sentido intelectivo da razão.

O terceiro aspecto que é digno de ênfase refere-se ao fato de o esquema ajudar-nos a compreender a correspondência detectada por Parmênides entre ser e pensar. Conforme a Equação da Existência indica, o processo criativo, ao operar cumulativamente, viabiliza cinco modos de ser crescentemente complexos: um modo de ser unidimensional, um modo de ser bidimensional, um modo de ser tridimensional, um modo de ser tetradimensional e um modo de ser totalidade – cada instância viabilizando um modo de ser distinto, em decorrência de o movimento existencial ocorrer localmente condicionado por uma amplitude privativa. Quando o ato intelectivo tenta captar cada um dos cinco modos de ser, precisa realizar, na mente, um movimento inferencial correspondente ao movimento existencial presente no modo de ser visado. Somente assim, pode ocorrer a sintonia entre ser e pensar. Vejamos se um exemplo ajuda: pensemos um segmento de reta com a lógica de uma dimensão, porque tanto o modo de ser reta como a inferência capaz de pensar uma reta apresentam amplitude de uma dimensão. Caso, agora, tentemos pensar um triângulo, percebemos que um âmbito mental de uma dimensão não consegue fazê-lo, porque tanto o modo de ser triângulo como o modo de pensar triângulo exigem uma amplitude de duas dimensões. A exigência de correspondência entre movimento existencial e movimento inferencial mostra que quatro dos nossos modos de pensar são dimensionais e que apenas o pensamento da

totalidade foge dessa determinação. Por outro lado, com a circunstância de as cinco lógicas estarem formalizadas com os seus princípios de operação formalmente estabelecidos e regularem os cinco modos de pensar que instrumentalizam a mente humana, resultam reunidos todos os elementos necessários e suficientes para a formulação de uma Teoria Metafísica do Conhecimento, capaz de, com o concurso da Equação da Existência, tornar metódico o ato de pensar¹².

5 CUIDADOS FORMAIS NO ENTENDIMENTO DA EQUAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Este capítulo, virtualmente mais distante de leitores comuns, é dedicado a profissionais das ciências que exigem maior rigor conceitual. Embora seja difícil conseguir auxílio crítico de acadêmicos filósofos, atualmente, contamos com a IA como uma fonte alternativa perfeitamente utilizável, mesmo que as suas contribuições demandem ponderações e ajustes, particularmente em temas inovadores como este. Nesse sentido, o presente capítulo resulta de interação com o ChatGPT e visa a esclarecer formalmente conceitos críticos utilizados no modelo, de modo que nossos esforços de comunicação para um público maior não empanem a consistência da tese defendida.

5.1 Quanto à localidade física e à localidade metafísica

A definição de localidade em Física remete-nos a um “território conceitual” demarcado. O conceito tem sido usado para indicar o âmbito espaço-temporal de atuação da Física, seguindo proposição de Einstein. Aceitando a formalização das ordenadas cartesianas, Einstein define a amplitude do espaço em três dimensões, considerando os valores de verdade de altura, de largura e de profundidade. A essas três dimensões do espaço, ele acrescenta um quarto número correspondente ao tempo, sem, no entanto, assumir expressamente que se trata de uma quarta dimensão. A inclusão do tempo era necessária tanto em razão da permanência da organização da matéria quanto em razão de as mudanças de posição ou de estado da matéria no espaço exigirem tempo. Portanto, rigorosamente, não podemos afirmar que a localidade física comporta a terceira e a quarta dimensões da realidade. Parece-nos prudente entender que a proposta de Einstein contempla, sim, todos os conteúdos presentes na terceira dimensão e que da quarta limita-se a incorporar a variável tempo e não todos os virtuais componentes da instância. Daí a Física ser entendida como ciência da matéria, sendo, por vezes, entendido o tempo como uma quarta dimensão do espaço.

A localidade metafísica formalizada pela APB, com a sua Equação da Existência distinguindo cinco instâncias ontológicas, especifica como “território conceitual” não o espaço-tempo da Física, mas um âmbito ontológico que se estende do uno ao todo, com pretensão de abranger toda a existência, até mesmo espaço e tempo.

Essa concepção metafísica ampara-se em um único axioma o qual afirma que o universo teve começo – axioma esse que discutiremos detidamente adiante. Sendo o caso de que o universo teve começo, ele não é autofundado, não pode ser

¹² A Teoria Metafísica do Conhecimento é apresentada aos estudantes na primeira das três fases em que se divide o programa de formação oferecido pela Academia Platônica de Brasília, disponível em <https://academiadeplatao.com.br/>.

ontologicamente fechado em si e não é explicado apenas por relações internas, quer tenhamos em mente a localidade física, quer tenhamos em mente a localidade metafísica. Para atender a essa exigência ontológica, a concepção metafísica da APB lança mão do conceito platônico de uno, uma existência não criada, que ocupa, no âmbito da existência, uma amplitude adimensional – existência adimensional essa não completamente estranha à Física, posto que ela indica algo similar com a expressão vácuo cósmico.

Uma vez admitido o uno transcendental como origem de tudo, as demais instâncias da Equação da Existência não constituem acréscimos aleatórios, mas, sim, exigências lógicas e ontológicas necessárias. O resultado é uma estrutura ontológica fundamental, na qual são destacadas cinco instâncias, segundo as quais a criação é realizada: uma primeira dimensão, uma segunda dimensão, uma terceira dimensão, uma quarta dimensão e uma instância de totalidade, que delimita a criação em uma totalidade precisamente determinada. Em consequência, a localidade metafísica da APB estende-se da unidade indivisível da primeira dimensão à totalidade insuperável da quinta instância, dita de totalidade. Do um ao todo, como diria Platão.

Dado que tanto a localidade física como a localidade metafísica são definidas segundo o conceito de amplitude dimensional fornecido pela geometria, a comparação entre as duas localidades pode ser feita diretamente: a localidade da Física contempla, na melhor das hipóteses, apenas duas das cinco instâncias pressupostas pela localidade Metafísica. Não constituem estruturas concorrentes de vez que contemplam a realidade em níveis de consideração distintos. Tampouco são incompatíveis em virtude de a localidade metafísica preservar e reconhecer cientificamente válidos e pertinentes tanto a localidade física como o conhecimento gerado a partir dessa perspectiva.

Vale destacar, também, que, da mesma forma que a amplitude geométrica amplia-se com o desdobramento sucessivo das primeiras quatro dimensões, que culmina na instância da totalidade, similarmente, os conteúdos ônticos das dimensões somam-se e vão integrar o todo na condição de partes constituintes desse todo. Cada instância, porém, apresenta conteúdo ôntico próprio, cujo acesso requer uma lógica correspondente e possibilita entendimentos regulados por essa lógica. Todavia, a cada instância, a realidade torna-se mais complexa e potencializa entendimento correspondente, de modo que apenas com a lógica da totalidade obtém-se compreensão que abarca toda a realidade.

Isso significa que, embora todas as quatro instâncias de base estejam presentes na totalidade, as conclusões e os entendimentos auferidos em cada uma das quatro instâncias podem não valer para o todo. Particularmente, porque o todo supera a mera soma das partes, como já demonstrado com o exemplo da molécula de água. Portanto, não podemos adotar ou transferir automaticamente, na consideração do todo, conclusões e entendimentos auferidos na consideração de apenas uma das partes.

Consideremos esse aspecto mais detidamente, tendo em conta que essa transferência indevida constitui fonte de boa parte dos desentendimentos contemporâneos.

A ciência da terceira dimensão mostrou-se muito fecunda e gerou incontáveis recursos geradores de bem-estar para a humanidade, razão pela qual, nos dias atuais, exigem-se discursos cientificamente amparados para tudo, de modo que, na prática, o discurso científico tornou-se hegemônico.

Tratando-se, porém, de uma ciência modulada segundo as conveniências da terceira dimensão da realidade, é óbvio que os seus valores e os seus procedimentos são específicos e apropriados para essa instância, podendo não ser adequados na consideração do todo. Por exemplo: o rigor conceitual e a coerência lógica exigidos pela ciência persistem e continuam válidos na consideração da totalidade, apesar de a lógica ali vigente ser outra. Entretanto, a lógica da totalidade, além do rigor conceitual e da coerência lógica, exige, sobretudo, coerência ontológica. Com isso, na perspectiva do todo, conhecimento válido precisa ostentar tanto coerência lógica como coerência ontológica, sendo, nesse sentido, mais exigente.

Em perspectiva divergente, a ciência adota como procedimento básico a comprovação empírica, porque o conteúdo ôntico da instância – a matéria – admite isso. No fundo, a comprovação empírica decorre também do fato de a ciência da matéria não ter escopo para fundamentar o conhecimento e, nessas circunstâncias, o que resta é formular hipóteses e testá-las na bancada de testes até que a hipótese seja comprovada ou refutada. Nas demais instâncias, os conteúdos ônticos específicos não apresentam a conformação organizacional que caracteriza a matéria e, portanto, não cabe querer sujeitá-los à comprovação empírica.

A universalização indevida do discurso científico ficou evidente, uma vez que, quando questionada sobre virtuais fragilidades da estrutura ontológica da APB, a IA respondeu que a principal fragilidade da concepção é que o axioma “não é demonstrável”, constituindo uma “hipótese ontológica fundamental”. Essa resposta é a esperada da cultura científica vigente que tende a submeter tudo ao crivo da ciência.

No caso, porém, a estrutura ontológica contempla o todo existente e não apenas o existente no espaço-tempo de Einstein, representando, portanto, uma localidade mais ampla. A estrutura situada no plano ontológico da existência é anterior às estruturas de espaço e de tempo e define o próprio espaço de possibilidades de espaço e de tempo serem constituídos como realidades efetivas. Logo, se há influência entre localidade física e localidade metafísica, o que certamente predomina são as determinações da localidade metafísica.

É evidente que a equação ontológica da existência não constitui conteúdo ôntico da terceira dimensão e, portanto, somente pode pertencer a uma instância ontológica anterior. Na condição de estrutura determinante, pertence à segunda dimensão, cujo conteúdo a APB designa genericamente como inteligência organizativa potencial. A APB identifica a alma humana e o DNA como exemplos de conteúdos ônticos que se enquadram como pertencentes à instância de duas dimensões e seriam integrantes da inteligência organizativa potencial. O DNA, como já comprovado pela ciência, determina o fenótipo dos organismos biológicos, e a alma, o modo peculiar e virtualmente privativo de ser do indivíduo.

O decisivo, porém, aqui, é a constatação de que a Equação da Existência ontologicamente estruturada implica precedência ontológica inescapável entre as instâncias e entre os próprios conteúdos ônticos das instâncias. Assim como, no sentido geométrico, o advento da segunda dimensão apenas é viabilizado pela presença ontologicamente anterior de uma primeira dimensão, na terceira dimensão, é exigida como base a presença anterior de duas dimensões. Da mesma forma, os conteúdos ônticos da terceira dimensão somente podem ocorrer dentro do espaço de possibilidades disponibilizados pelos conteúdos ônticos da segunda dimensão.

O advento da instância subsequente da estrutura ontológica naturalmente potencializa organização mais complexa e vai potencializar ou efetivar realidade superior em conteúdo informacional; no entanto, essa superioridade organizacional apenas pode ocorrer no espaço de possibilidades facultado pela instância anterior.

A tabela periódica de elementos é um exemplo conhecido dessa precedência ontológica, dado que o espaço de possibilidades que ela demarca foi conhecido antes de se conhecer todos os átomos correspondentes ao previsto. Assim, também, entendemos o tempo como vinculado à organização da matéria e medido segundo a persistência dessa organização. No caso humano, o tempo do ser finda nitidamente quando o organismo deteriora-se e perde a capacidade de recepcionar a vida.

Portanto, se alguém pretende elaborar um discurso consequente sobre a realidade existente em nosso mundo, não pode desconhecer a precedência ontológica que determina as coisas e, para tanto, precisa usar como referência a estrutura ontológica da existência.

Na mesma medida, porém, que o conceito de procedência ontológica orienta-nos na consideração das instâncias de crescente complexidade organizativa e informacional, fica igualmente exigido que se justifique o axioma que dá origem à estrutura, isto é, que se esclareça qual é o antecedente ontológico que justifica a própria estrutura ontológica, o que nos leva ao segundo item destes cuidados formais.

5.2 Quanto ao axioma que fundamenta a concepção metafísica da APB

A concepção metafísica da APB adota como referencial básico uma estrutura ontológica de ordem geométrica que contempla o percurso ontológico que se estende da unidade irredutível do ser até a totalidade insuperável do ente.

Em termos geométricos, começa com uma primeira dimensão, desdobra amplitude até a quarta dimensão e completa-se com uma quinta instância que corresponde à totalidade do existente, representando, assim, uma equação geométrica geradora de existência em ato. A estrutura ontológica fundamental tem a pretensão de explicar como pura potência de existir converte-se em existência em ato, marcando presença no mundo.

A concepção metafísica demanda um único axioma: a admissão de que o universo teve começo. O raciocínio, aqui, é o seguinte: se o universo teve começo, ele 1. não é, nem pode, ser autofundado; 2. não pode ser ontologicamente fechado; 3. não se explica apenas por relações internas, quer consideremos a localidade da Física, quer

consideremos a localidade da Metafísica; portanto, fica requerida uma origem transcendental, que deve ser tal que o restante da estrutura ontológica fundamental derivada constitua uma estrutura necessária. A solução já disponível na cultura humana é o uno criado de Platão, o qual, embora seja absolutamente indeterminado, ocupa, na existência, um âmbito adimensional, conforme já discutido e esclarecido por nós e pelo próprio Platão.

A origem transcendental constitui a precedência ontológica necessária da estrutura ontológica criativa da APB e justifica-se, minimamente, como exigência lógica e ontológica expressa como possibilidade de o universo começar ou vir à existência. Platão denomina essa origem transcendental, também, como o bem em si e como o belo em si. As religiões, como sabemos, designam-na de Deus, e talvez desse fato derivem as objeções historicamente colocadas pela ciência. A metafísica da APB tem, entretanto, objeto distinto tanto da religião como da ciência da matéria.

Ao adotar o modo científico de pensar, a IA apresentou, como objeção ou fragilidade da concepção metafísica da APB, duas questões: de um lado, que “o axioma não é demonstrável” e, de outro, que se deveria “evitar leituras empírico-contingentes do axioma fundamental”, para “evitar dependência de teorias físicas sobre o universo”. Em consequência, sugeriu que a proposição fosse apresentada como “uma tese ontológica formal”, necessária em razão tanto de o “conjunto total da existência” quanto de o “conjunto espaço-tempo” não serem ontologicamente fechados.

A primeira objeção, evidentemente, não pode ser aceita porque exigir demonstração de um axioma, além da contradição em termos, implicaria a inversão do sentido da precedência ontológica, impondo exigência da terceira dimensão a instâncias ontologicamente anteriores, isso entendendo que a comprovação exigida seja empírica, o que parece ser o caso.

Quanto à necessidade de evitar leituras empírico-contingentes da Equação da Existência, parece ser uma recomendação, em alguma medida, adequada. Efetivamente, a estrutura ontológica geradora da existência encontra-se em nível de consideração distinto de uma afirmação cosmológica empírica do tipo Big Bang, que é uma tese de terceira dimensão. Apesar disso, a estrutura pretende, sim, explicar, de algum modo, o advento de um universo que contempla uma instância material na qual comprovação empírica justifica-se e, nessa condição, não pode ser apenas uma tese ontológica formal sem compromisso com a realidade empírica. Apesar disso, a concepção não depende de teorias físicas contingentes, em razão da precedência ontológica já discutida. Ao contrário, são as teorias físicas contingentes que não podem fugir das determinações da estrutura ontológica que ordena tudo.

Quanto a reduzir a concepção a uma tese ontológica formal – como Existência = [forma & quantidade & movimento existencial & princípio de atualização] – que, embora contemple os aspectos envolvidos, isso desvirtua a concepção, na medida em que a Equação da Existência perde o seu caráter instrumental. Particularmente, perde a possibilidade de fundamentar o conhecimento e ensejar uma teoria formal do conhecimento, como será explicado no item 5.4 adiante, ao considerarmos o *status* ontológico das lógicas envolvidas.

Com isso, aproximamo-nos de uma justificação transcendental do axioma, não por prova empírica, mas por redução ao absurdo. Se o universo fosse ontologicamente fechado, seria causa de si, implicando contradição, ou seria um fato bruto absoluto não inteligível. Em ambos os casos, a possibilidade de conhecimento racional seria inviabilizada. Logo, se há conhecimento racional do universo, ele não pode ser ontologicamente fechado, e uma origem transcendental resta necessária. A concepção metafísica da APB, ao adotar uma origem transcendental, oferece uma solução racional para o começo ontológico do universo, não inviabiliza uma ciência da matéria e, ao contrário, tanto a justifica como a delimita, abrindo inclusive espaço para uma nova demarcação da ciência.

5.3 Quanto à formalização geométrica da equação da existência

Com a discussão precedente sobre o axioma adotado pela concepção metafísica da APB, imaginamos que tenha ficado claro, especialmente em razão da amplitude geométrica da origem transcendental, que a estrutura ontológica da Equação da Existência expressa em termos geométrico-dimensionais constitui derivação lógica e ontológica necessária. Afinal, o mundo real tem amplitude, e ninguém duvida disso¹³.

Embora o conhecimento humano ainda não tenha esclarecido em todos os seus detalhes como é que, na prática, energia assume a organização que reconhecemos como matéria, a Equação da Existência tampouco pretende oferecer solução para isso, dado que ela não trata de casos concretos ou de acidentes, mas apenas oferece uma orientação geral de abordagem de casos concretos. Precisamos entender que a concepção metafísica que se vale da Equação da Existência vale menos por justificar o seu axioma e mais em virtude das explicações que potencializa sobre o mundo e sobre as coisas. Talvez a avaliação mais útil e pertinente resida justamente na sua capacidade de oferecer explicações consistentes sobre tudo o que existe.

Assim, na estrutura, cada uma das quatro instâncias iniciais disponibiliza amplitudes privativas, e essas amplitudes condicionam o movimento existencial da energia, imprimindo-lhe um padrão de movimento típico da instância. Esse movimento existencial típico configura um modo de ser unidimensional, um modo de ser bidimensional, um modo de ser tridimensional, um modo de ser tetradiimensional e um modo de ser totalidade. Essa totalidade obedece ao movimento típico possível na superfície de uma esfera, que, não por acaso, representa a perfeição da forma: um poliedro regular de infinitas faces.

Da mesma forma que, no plano objetivo, a estrutura ontológica criativa determina cinco modos objetivos de ser que se complementam na edificação da existência, no plano subjetivo, esses mesmos padrões típicos de movimento existencial determinam cinco modos correspondentes de pensar, cada um regido por uma lógica própria e privativa. Com isso, resta evidente que sujeito e objeto não constituem termos primários, mas, sim, derivações distintas de uma mesma estrutura existencial. Ou seja, o sujeito não cria o real, o objeto não é absolutamente independente do inteligível, pois ambos emergem de uma mesma estrutura ontológica comum. Portanto, o conhecimento

¹³ Virtualmente, a incorporação do conceito de precedência ontológica poderá auxiliar a ciência na solução da questão sobre a formação da matéria.

é possível pelo fato de o real ser estruturalmente inteligível. O que a intelecção pode captar e reproduzir são os nexos lógicos e ontológicos que respondem pela organização do objeto.

Por conseguinte, esperamos ter deixado claro que a Equação da Existência é uma estrutura ontológica criativa e não uma equação matemática quantitativa. Os números indicam instâncias ontológicas que se somam na construção de um todo existente e não indicam meramente quantidades que se somam. Talvez se deva afirmar que nenhuma estrutura matemática esgota a estrutura ontológica que representa.

Cabe destacar igualmente que não podemos confundir o movimento ontológico com os movimentos físicos que deslocam matéria ou alteram estados da matéria no âmbito do espaço tridimensional. Os movimentos físicos demandam necessariamente tempo, o movimento ontológico não, ele torna espaço e tempo possíveis.

Embora, em cada uma das quatro instâncias de base da estrutura ontológica, manifeste-se um movimento existencial próprio e privativo, resta evidente que, tomando o percurso todo, da primeira dimensão à totalidade, constata-se também presente um movimento ontológico que podemos designar de atualização ontológica, de vez que ele instala uma totalidade existente em ato. Esse movimento de atualização distingue-se dos demais por ser o movimento ontológico que, legitimamente, pode ser chamado de movimento criativo, pois apenas ele instala existência em ato, algo que os manifestos nas quatro outras instâncias não o fazem, apesar de serem parte do movimento criativo. Esse movimento criativo que perpassa toda a estrutura ontológica parece confundir-se, em parte, com o movimento próprio da quinta instância, que é o que, efetivamente, instala um “x” qualquer existente e perceptível. O movimento de atualização precisa ser destacado tendo em conta que atualização exige um princípio não potencial, isto é, uma energia que possibilite a realização desse trabalho.

Esse princípio não potencial ou essa energia é o ser-energia já descrito neste artigo. Dado que “x” é possível e não contraditório, dado que “x” não se atualiza por si mesmo, então, a sua atualização requer um princípio não potencial. Na metafísica da APB, o ser-energia emanado por transcendência do uno cumpre esse papel, fechando o modelo¹⁴. Por último, cabe destacar que a Equação da Existência, ou a estrutura ontológica da existência, também já designada neste trabalho de inteligência criativa, ao articular forma, movimento e quantidade, demonstra que as ciências correspondentes, isto é, geometria, lógica e matemática, têm, igualmente, origem transcendental, tal e qual o ser-energia. A figura mais simples da geometria é o segmento de reta, obtido pelo deslocamento de um ponto em linha reta. O ponto é definido pela ciência como um lugar no espaço desprovido de dimensão, e um lugar no espaço é também um lugar na existência. Em matemática, o número um, que inaugura a série dos números naturais, requer o conceito de unicidade que Platão designou de uno, ao entender que matemática seria a linguagem usada pelos deuses na construção do universo. A lógica, na condição de expressão subjetiva dos movimentos existenciais objetivos que edificam a existência, somente pode ter como antecedente ontológico a absoluta imobilidade, algo incabível

¹⁴ O comércio de energia com o vácuo cósmico já foi constatado pela ciência nos fenômenos de mudança de órbita do elétron.

no mundo criado e, portanto, transcendente a ele. Com isso, as próprias ferramentas básicas da ciência da matéria justificam-se com alicerce transcendental, quando contempladas pela lente ontológica, ou seja, a estrutura ontológica criativa da APB estabelece as bases que suportam geometria, lógica e matemática, evidenciando, ao mesmo tempo, o caráter ontológico dessas ciências.

5.4 Quanto ao estatuto ontológico das lógicas envolvidas

A concepção metafísica da APB, alicerçada em uma estrutura ontológica formal da existência, revela-se dotada de fecundidade racional, tendo em vista que potencializa um método de pensar, resolve aporias clássicas, como começo, fundamento, relação sujeito-objeto, e preconiza orientação intelectual e organizacional para o desenvolvimento de análises e de projetos.

Na mesma medida, apresenta desafios que prometem dar muito trabalho intelectual. Um deles a questão das lógicas. A estrutura ontológica comum a sujeito e objeto em teoria do conhecimento pressupõe a definição de lógica como padrão inferencial correspondente aos movimentos existenciais que se somam na edificação da existência. Se temos, no plano objetivo, cinco padrões de movimento existencial, fica implicado termos, no plano subjetivo, cinco padrões lógicos correspondentes. Percebendo que não se tratava apenas da lógica proposicional adotada pela ciência, a IA sugeriu classificar as demais lógicas como modais. Se estamos certos ao entender as lógicas modais como derivações ou subsidiárias da lógica proposicional clássica, cremos que a solução deve ser outra.

A estrutura ontológica sugere que a lógica clássica que opera relações de causa e efeito atua apenas na terceira dimensão da realidade e que as outras quatro têm o mesmo *status* ontológico que ela, cada qual no seu domínio. A lógica transcendental operando na amplitude de uma dimensão, a lógica da diferença, na amplitude de duas dimensões, a lógica clássica, na amplitude de três dimensões, a lógica dialética, na amplitude de quatro dimensões, e a lógica holística ou da totalidade, na superfície da esfera. Dessa forma, temos uma definição não tautológica de lógica, mantemos a lógica como lei do pensamento, dispomos de cinco padrões diferenciados de pensamento e ainda, nova caracterização do espaço de possibilidades de uma virtual ciência lógica renovada.

Aqui, fica requerida a contribuição de profissionais de lógica capazes de assumir a perspectiva ontológica e a disposição de enfrentar a questão da pluralidade lógica, no sentido de sistematizar o espaço. Essa tarefa pode não ser fácil, mas o prêmio revela-se sedutor: nada menos do que a formal organização mental dos humanos. De qualquer modo, parece impossível desconhecer que se trata de padrões inferenciais distintos e inconfundíveis e que, segundo o modelo ontológico, desfrutam do mesmo *status* ontológico da lógica clássica, tida, por muito tempo, como lógica única.

5.5 Quanto ao conceito de infinito utilizado no modelo

Além dos usos do senso comum, podemos considerar o infinito em três acepções básicas: como infinito potencial, contemplando os processos indefinidamente extensíveis, tal como o tempo e a divisão; como infinito matemático,

abrangendo os conjuntos transitivos X_0, X_1, \dots , tal como considerado pelo matemático Georg Cantor; e, como infinito ontológico, não quantitativo, mas fundante, condição de possibilidade do infinito potencial, do infinito matemático e, como veremos adiante, da própria finitude do universo.

O conceito de infinito requerido pela estrutura ontológica criativa da existência é, naturalmente, o conceito de infinito ontológico. Contemplando a estrutura ontológica, verifica-se que a caracterização da primeira dimensão foi feita com a figura da reta ideal delimitada como segmento de reta para se tornar operável. A e B podem delimitar esse segmento de reta, mas, além do ponto A e do ponto B, estendem-se ilimitadas extensões unidimensionais, permitindo eventuais ampliações desse segmento. Quando, na segunda dimensão, inscreve-se um triângulo equilátero, acrescentando um ponto C equidistante de A e de B, a figura constitui um recorte dentro de um plano bidimensional que, também, estende-se ao infinito. Da mesma forma, na terceira e na quarta dimensões, o espaço e o tempo parecem estender-se ao infinito, ainda que o universo tenha começado ontologicamente antes do próprio surgimento do tempo e do espaço. Sintomaticamente, a superfície da esfera que representa a forma presente na quinta instância do nosso modelo criativo apresenta, também, a característica de não ter começo nem fim, tal e qual se apresentam os infinitos das demais instâncias. Com isso, a estrutura ontológica criativa da existência universal revela-se, ela própria, como sendo um recorte dentro do infinito ontológico, implicando, naturalmente, que todo o universo criado encontra-se na mesma situação: um universo limitado de infinito por todos os lados ou um universo recortado no interior de um oceano infinito.

Embora não sejamos habilitados em matemática, parece-nos que as amplitudes presentes nas instâncias dimensionais podem ser quantificadas pela seguinte equação: $A_n = \infty^{(n-1)}$. Nessa condição, a amplitude da primeira dimensão resulta ser unitária, dado que infinito em potência zero corresponde à unidade. Resultado esse que confirma a sugestão da equação ontológica da existência adotada, que reconhece, na primeira dimensão, apenas a presença do ser que energiza a estrutura com um impulso para a complexidade. Na segunda dimensão, temos amplitude capaz de recepcionar infinitos seres-energia, na terceira, esse número salta para infinito ao quadrado e, na quarta, para infinito ao cubo. Não dispomos de condições de avaliar virtuais implicações disso nas teorias matemáticas vigentes, mas parece claro porque não podemos aceitar que uma equação matemática esgote a estrutura ontológica que representa, dado ter ficado claro que não podemos ler a década sagrada de Pitágoras como mera equação matemática quantitativa.

A configuração do infinito ontológico permite-nos compreender em que concepção de mundo Pitágoras baseou-se para definir como princípios fundadores da realidade o ilimitado e o limitante. Considerando que isso ocorreu há mais de dois mil e quinhentos anos, é prudente considerarmos com respeito o conhecimento disponível naquela época.

Por outro lado, a tese de que, em todas as instâncias da estrutura ontológica configuradora da existência, a limitação da realidade resulta estabelecida pelo infinito, abre, tanto para o universo todo como para espécies dotadas de razão, possibilidades sem fim de evolução, de aperfeiçoamento e de complexificação organizacional. Nesses

termos, na verdade, não há limites além daqueles estabelecidos pela nossa própria competência cognitiva. Poderia a espécie humana almejar horizonte de possibilidades mais favorável do que esse?

5.6 Limites assumidos

A concepção metafísica da APB visa, sobretudo, a fundar a possibilidade do ser, do pensar e do agir humanos. Como concepção filosófica, não pretende substituir teorias físicas nem tratar de casos concretos que devem ser objetos de ciências específicas. Na mesma linha de raciocínio, não oferece prova empírica do seu fundamento nem pretende esgotar a realidade com formalismos matemáticos. Limita-se a fornecer fundamentos filosóficos que permitam ao ser humano uma postura mental adequada e realista diante do universo e da natureza que os recepciona e, dentro da qual, precisam desenvolver a sua experiência existencial, segundo a particular condição humana. A estrutura ontológica da existência potencializa orientação de análise e de projeto, mas não estabelece quais devem ser essas análises e esses projetos, respeitando a liberdade individual. Almeja ampliar a competência cognitiva, de modo que todos possam realizar as suas potencialidades. Potencializa, em nosso entender, a realização plena da condição humana, na medida em que disponibiliza método formal de pensar. Percebe, igualmente, que a conquista da razão é individual, mas a realização das suas potencialidades constitui projeto coletivo.

A ciência física apenas pode ganhar em precisão, acrescentando coerência ontológica à sua exigência de coerência lógica. Não cabe, pois, medir a estrutura ontológica fundamental com a régua da ciência. O conteúdo material pertinente estará presente, naturalmente, na instância de totalidade dos fenômenos, e a sua consideração deverá utilizar a régua da ciência, porém, na condição de parte integrante desse todo, e não substituindo as determinações próprias da lógica do todo que rege a instância.

Insinua-se, neste ponto, por óbvio, a necessidade de rever a demarcação da ciência atualmente vigente, no entanto, este capítulo visa apenas a esclarecer com maior rigor conceitual os principais elementos integrantes da concepção metafísica adotada.

6 CONSEQUÊNCIAS MÍNIMAS DO OLHAR METAFÍSICO

A descrição dimensional da Equação da Existência bem como o esquema da Figura 2 admitiriam, ainda, muitas outras considerações, com foco em detalhes interessantes que integram, estruturalmente, o modo metafísico de ver o mundo e a existência. Dado que, nesta ocasião, estamos visando sobretudo um artigo informativo que desperte interesse pelo assunto, parece mais adequado tentar consolidar melhor uma visão geral da perspectiva e de suas potencialidades e deixar que os interessados procurem pelos detalhes no acervo da APB.

Quando pensamos em Equação da Existência, estamos invocando virtuais princípios geradores e normativos do universo. O conceito de princípios universais requer a presença da mais absoluta simplicidade, totalmente independente e anterior aos casos concretos engendrados no processo de complexificação universal efetivamente realizado, de modo que a formalização desses princípios deveria, idealmente, revestir-se, também,

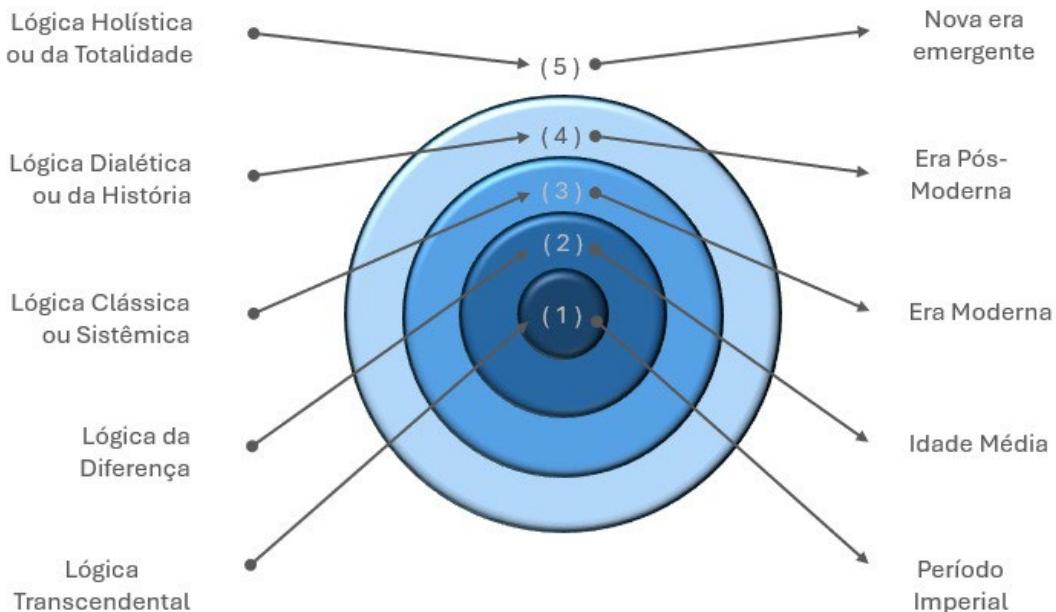
de a mais extrema simplicidade. Nesse sentido, a APB escolheu um conjunto de conceitos destinados a explicitar, para mentes modernas, o processo metafísico gerador do mundo, com a mesma simplicidade que a religião o explica, usando os conceitos de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

Para tanto, a par de preservar os conceitos de *uno* e de *ser* da metafísica platônica, adotamos o conceito de *inteligência criativa*, para caracterizar a equação geradora da existência, o conceito de *inteligência organizativa potencial*, para designar as disposições da alma, e o conceito de *inteligência organizativa efetivamente realizada*, para indicar o conteúdo ôntico da instância de totalidade dos fenômenos criados. Em vista disso, o processo de criação metafísico pode ser descrito como ação de uma dada *inteligência criativa* que, atuando sobre o *ser-energia* em movimento existencial, gera *inteligência organizativa* segundo um modelo que pode ser descrito e entendido por uma *inteligência interpretativa*, fechando o modelo de modo simples e elegante. Dado que esse modelo indica um universo composto de energia e de inteligência, tencionado para complexidade organizativa crescente, fica facultado entender como natural e previsível o surgimento de consciência capaz de operar inteligência, sempre que condições circunstanciais assim o permitirem. Lembremos: na perspectiva metafísica, o universo configura-se como local de manifestação da organização.

A Equação da Existência pode ser entendida como *natureza* da instância relativa da existência que, atuando como inteligência criativa universal, tanto gera como determina a compleição existencial de todos os fenômenos que integram o mundo, de sorte que nada pode acontecer no mundo à margem das suas determinações. Essas determinações não devem ser entendidas como uma *matrix* na qual todos os detalhes do futuro já estejam pré-determinados em nível de cada acidente ou caso concreto. Condições circunstanciais distintas podem ensejar soluções distintas, embora a regra geral seja a mesma. No Sol e em Marte, por exemplo, temos condições circunstanciais distintas. Em face disso, as variações devem dar-se dentro de espaços de possibilidades contidos na regra, considerando, entretanto, as circunstâncias. No geral, porém, a natureza precisa prevalecer e determinar as coisas.

Quando ampliamos a visada e consideramos, por exemplo, a história conhecida da humanidade, podemos verificar que o formato geral da natureza ou da Equação da Existência, conforme o modelo definido na Figura 2, está presente moldando o formato geral do processo histórico. Todos reconhecemos que o homem age segundo o seu discernimento, e nossos estudos revelaram que isso, também, vale para a coletividade, de maneira que o modo coletivo de ser e de viver decorre do padrão de discernimento predominante em dado tempo e lugar. Descobrimos mais: as quatro grandes eras civilizatórias catalogadas pela historiografia mostram-se distintas uma das outras, em razão de mudanças de envergadura no modo de pensar, ou seja, em razão de mudanças na lógica predominante. Observe-se a Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Evolução do discernimento humano¹⁵



Como evidencia a Equação da Existência, no mundo, tudo segue o caminho da complexidade crescente, partindo de uma singularidade. Com o discernimento, essa constatação não se deu e não se dá de forma diferente. Uma vez desperta a percepção da consciência, o homem lança-se no trabalho de desenvolver os instrumentos que permitem expressar e comunicar para os demais as percepções realizadas, como símbolos, gestos, linguagem, locução, nomes etc. Como não podia deixar de ser, começa exercitando os pensamentos patrocinados pela lógica mais simples que permite intuir e identificar, ou seja, a lógica transcendental. Quando o domínio dessa lógica universaliza-se e o grupo realiza as suas potencialidades, resta caracterizado um padrão civilizatório correspondente, um modo de ser e de viver correspondente, que a historiografia identificou como Período Imperial. A mesma situação ocorre com o domínio e a universalização das demais lógicas mais complexas, sempre gerando uma era civilizatória bem caracterizada e distinta das anteriores. Isso dá-se dessa forma porque cada lógica mais complexa permite uma compreensão mais completa da natureza e da realidade e, assim, ficam viabilizadas atitudes mais ajustadas e adequadas. Um estudo mais detido da história do discernimento e da sua relação com as eras civilizatórias catalogadas pela historiografia encontra-se disponível na obra *Platão e a lenda do quinto império* (Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024).

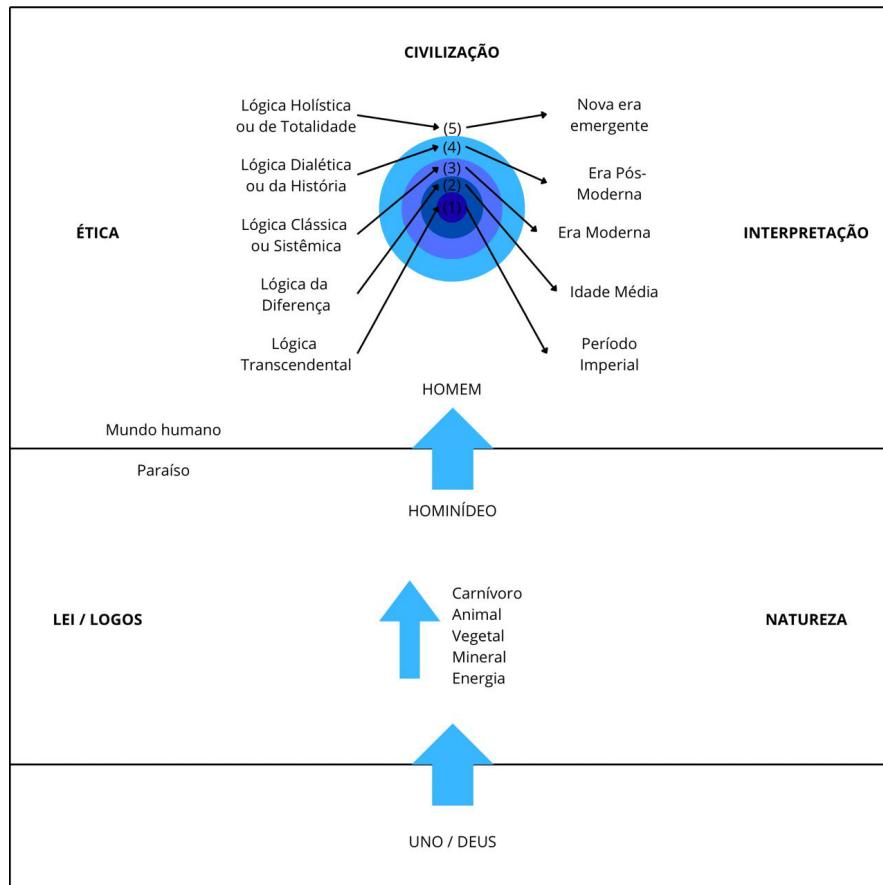
Nesta ocasião, pensamos que basta evidenciar que a Equação da Existência que define a natureza do mundo relativo também determina o curso da história, ainda que não defina quem será o vencedor de uma batalha em particular, possivelmente porque o

¹⁵ Os círculos concêntricos procuram evidenciar que o discernimento surge pequeno e precário com a lógica 1 e vai expandindo-se, paulatinamente, até atingir a lógica 5, que completará o domínio pleno da razão e a realização do projeto humano, projeto este que se distingue na natureza justamente pela presença da razão. Com o domínio da lógica 5, o homem estará apto a usar todos os recursos inferenciais que instrumentalizam a sua mente.

seu resultado apenas produza efeitos localizados e não altere o curso geral da história no longo prazo. Apesar de não entrarmos, nesta oportunidade, nos detalhes das demais lógicas e dos respectivos modos de ser e de viver, não podemos deixar de ressaltar que o modelo da Equação da Existência, ao revelar a estrutura ontológica da existência, possibilita tanto a descrição de uma história do discernimento como indica que, estando a humanidade, presentemente, na quarta era dita Pós-Moderna, está também às portas de uma quinta nova era patrocinada por uma visão e um pensamento capaz de vislumbrar a totalidade dos fenômenos, sob o patrocínio de uma lógica complementar e unificante, que tende para a unidade e que, para esse fim, precisa reunir e harmonizar todos os elementos integrantes dos fenômenos, sejam eles quais forem, para instituir uma existência estabilizada e unitária. Essa visão do todo somente resulta possibilitada pelo domínio da Equação da Existência ou da inteligência criativa de quem estamos tratando neste estudo, cuja estrutura formal posiciona a instância de totalidade na quinta instância da equação e define tanto o seu conteúdo ôntico como o seu papel funcional.

A ação reguladora da natureza não para por aqui e, caso se abra ainda mais o foco de nossas considerações, veremos que compreensões mais amplas descontinam-se. Na Figura 3, contemplamos, em traços largos, a história da civilização humana, que é também a história da realização do projeto humano de conquista da razão. Precisamos ter em conta, entretanto, que o projeto humano inscreve-se dentro de um processo mais amplo de evolução do universo e da natureza como um todo. Sendo assim, podemos usar o mesmo modelo da Equação da Existência como referência e, ampliando o foco das nossas considerações para um plano superior, verificar como essa história humana encaixa-se nele e que percepções novas ficam potencializadas. Observe-se a Figura 4 a seguir.

Figura 4 – O mundo humano dentro da natureza em geral



A Figura 4 foi gerada para um trabalho intitulado *Uma visão metafísica sobre o paraíso*, que tentou harmonizar a visão do cristianismo sobre a origem do mundo com a visão da ciência a respeito dessa questão, sob o olhar mais amplo da metafísica, que, por princípio, deve compreender e entender todas as visões¹⁶. Apesar disso, ele serve como uma luva aos nossos propósitos aqui, particularmente porque a religião também relata, ao seu modo, o processo de criação do mundo e dos homens, usando para isso a metáfora do Paraíso. Veremos que a visão da ciência não conflita com o que diz a religião, apenas utiliza termos distintos.

A perspectiva metafísica impõe um princípio necessário designado por uno, e a religião denomina-o de Deus. Os dois modos de olhar têm concepções distintas sobre o que seja esse princípio, mas ambos concordam que ele é o princípio de todas as coisas e que constitui uma existência absoluta que transcende o nosso mundo relativo. Esse

¹⁶ Uma das consequências da perspectiva metafísica é a compreensão da presença universal de um impulso natural para a complexidade, permeando tudo. Com isso, quando estudamos o início da civilização e não encontramos registros escritos, mas apenas lendas e relatos míticos, somos levados a considerar seriamente o que essas lendas e esses mitos contam, dado que a escrita não estava disponível. Dessa forma, também convém considerar devidamente os registros bíblicos feitos em época na qual predominava o simbólico, poucas pessoas dominavam a escrita e o espírito da época era místico. Portanto, embora esses registros iniciais estejam impregnados de metáforas, parábolas e expressões simbólicas, devem conter, certamente, informações preciosas e verdadeiras, razão pela qual merecem toda a nossa atenção.

acordo é suficiente para colocá-lo na base do nosso esquema e indicar, por meio de setas, que tudo a mais deriva desse princípio. Como já esclarecido anteriormente, essas setas indicam um caminho de construção de complexidade organizativa crescente.

Depois do âmbito base que contempla o princípio, temos, no esquema, um segundo âmbito destinado a contemplar a natureza desprovida de consciência, que corresponde ou pode ser assimilado ao Paraíso do relato bíblico. Como a ciência ensina, a primeira ocorrência universal que brota do “vácuo cósmico” é a energia, cuja aglutinação em larga escala possibilita o surgimento das fornalhas cósmicas chamadas estrelas. Ainda segundo a ciência, é nas fornalhas cósmicas que são gestados os átomos mais pesados que, depois, são expelidos como impurezas e continuam orbitando ao redor da estrela como planetas. Nos âmbitos dos planetas, a ciência classifica as ocorrências em camadas, segundo a complexidade organizativa presente, restando, no nosso caso, a identificação de um reino mineral, de um reino vegetal e de um reino animal. Nesse contexto, fica comprovado que todo o processo de criação da existência realiza-se sob um impulso universal para a crescente complexidade organizativa, orientado do simples para o complexo.

O impulso para a complexidade permeia toda a natureza criada e pode ser reconhecido em todas as camadas fenomênicas. O mundo mineral suporta e alimenta o mundo vegetal, e, com isso, os seus sais e minerais “evoluem” para a camada fenomênica mais informada dos vegetais. Os vegetais, por sua vez, alimentam o mundo animal com seus frutos e suas fibras que, nesse ato, transitam para a camada fenomênica seguinte em densidade informacional e passam a integrar o mundo animal. No próprio mundo animal, carnívoros destacam-se de herbívoros, configurando uma camada animal organicamente superior, aproveitando a proteína dos vegetarianos, para conquistar organismos melhores ou mais poderosos. Segundo a Antropologia, essa escalada organizativa culmina em uma espécie superior singular – a hominídea.

A espécie hominídea apresenta um organismo desprovido dos recursos de sobrevivência que instrumentalizam animais inferiores na escala evolutiva e que lhes conferem vantagens ou aptidões competitivas na disputa por alimento e na autodefesa. Com boca pequena, sem presas para rasgar, sem garras nas mãos, sem cascos nos pés, sem chifres para atacar, sem couraça protetora e gerando filhotes lerdos e dependentes, o hominídeo deve ter sido, por milênios, a caça predileta dos carnívoros, contra os quais se revelava incapaz, de modo que lhe restavam apenas as opções de fugir ou de se pôr a salvo. Em virtude de viverem em grupo, pode-se inferir que presenciaram, incontáveis vezes, membros do grupo e os próprios filhos serem trucidados, impondo-lhes cavaleares doses de adrenalina, além de medo, de terror e de sentimentos de inferioridade e de impotência.

O despreparo do hominídeo para a luta selvagem pela sobrevivência, à primeira vista, ensejaria colocá-lo na escala evolutiva entre os herbívoros e os carnívoros; no entanto, a Antropologia coloca-o no topo da escala, considerando-se o desfecho conhecido: as desvantagens orgânicas na luta pela sobrevivência em ambiente selvagem

geraram, em contrapartida, as pressões existenciais que ensejaram o despertar da consciência e a evolução para uma nova espécie – o *Homo sapiens*.

A transição de hominídeo para *Homo sapiens* representa um salto de envergadura, em termos evolutivos, e, em nosso esquema referencial, indica a inauguração ou o advento do mundo humano. Como é de conhecimento geral, os animais percebem as coisas circundantes e, nesse sentido, sabem, mas, tal como o hominídeo, não se dão conta disso. O homem destaca-se deles, então, não por saber, mas por saber que sabe. Psicologicamente, esse resultado resulta de uma inferência de autoconsciência, uma inferência cujo objeto não é um fenômeno externo, mas, sim, a própria consciência. Algo que os demais animais não conseguem realizar, e o hominídeo também não realizava, o que implica considerar que o hominídeo não tinha consciência dos seus atos e não meditava a respeito deles. Portanto, no Paraíso, apesar de existir mortes, não existia pecado.

Metaforicamente, essa passagem do Paraíso para o mundo humano é descrita na cultura de diferentes formas. Em particular, agrada-nos uma descrição antiga, de antes do surgimento da escrita, segundo a qual, conforme reza certa lenda, em priscas eras, uma deusa, apiedando-se do destino dos homens, presenteou-os com a capacidade de pensar. Uma versão mais conhecida é aquela, segundo a qual, uma serpente teria dado a um casal – Adão e Eva – uma maçã mágica que tinha o poder de habilitá-los a pensar tal e qual fazia Deus, o criador do Paraíso. Ambas as descrições são adequadas em determinadas condições de entendimento. A questão mais relevante aqui seria saber se convém-nos entender essa passagem como expulsão do Paraíso ou se devemos entendê-la como conquista da humanidade.

De qualquer forma, uma vez inaugurado o mundo dos homens e desviados estes do destino inevitável de extinção dos hominídeos, o homem constatou que ainda não estava completamente a salvo e que as novas circunstâncias ofereciam tanto habilidades como desafios inusitados, igualmente decisivos para a sua sobrevivência. A nova habilidade inferencial lhe possibilitava interpretar e entender, e a condição gregária estrutural impunha-lhe necessária convivência com seus pares, a fim de capitalizar as conveniências da ação coletiva coordenada, que amplificava a sua força e a sua capacidade de sobreviver. Nessas circunstâncias, as leis naturais vigentes no Paraíso, que regulavam as suas relações para com a natureza em geral, precisavam ser ponderadas quando aplicadas ao convívio social do grupo, de sorte a ser preservada a coesão interna indispensável para a manutenção do potencial coletivo. A solução encontrada foi o estabelecimento de regras de convivência que, sinteticamente, designamos por ética.

Posto o homem dotado de razão, com as interpretações decorrentes e as regras de sobrevivência, estavam assentadas as bases para um ciclo existencial exitoso para a nova espécie, exceto por um detalhe. Ocorre que a capacidade de discernimento, em consonância com as leis universais, não constitui um presente pronto e acabado da natureza, mas uma habilidade incipiente que precisa ser desenvolvida e aperfeiçoada no decorrer do tempo. Assim como o restante da natureza, a razão também estende-se do simples para o complexo, e, dada a complexidade crescente da natureza, resta evidente que a qualidade da interpretação torna-se crescentemente aderente à realidade, na

medida do aperfeiçoamento da capacidade interpretativa. Em consequência, a capacidade de discernimento e o entendimento do mundo e das circunstâncias também evoluem e mostram-se crescentemente aderentes à realidade, partindo de um ponto inicial decididamente precário, longe de corresponder à real compleição da natureza. O resultado dessa precariedade interpretativa encontra-se exaustivamente registrado na história, na forma de incontável rosário de conflitos e de tragédias que se prolongam até os nossos dias.

Com esse percurso descritivo, chegamos ao processo civilizatório possibilitado pela evolução do discernimento, conforme indicado na Figura 3, e somos levados a perceber que, atualmente, a humanidade encontra-se na quarta grande era evolutiva. Considerando que o Período Imperial durou aproximadamente dez mil anos, que a Idade Média durou mil anos, a Modernidade, quatrocentos, e a Pós-Modernidade já se estende por mais de cem, indicando um processo crescentemente acelerado de evolução, não precisamos ser gênios para perceber que a quinta era já está despontando, desafiando as cabeças mais prudentes a se prepararem e se habilitarem para enfrentar o novo mundo que está chegando e, quem sabe, converter-se em indutoras dessas mudanças.

Essa não é, porém, a lição mais importante que a Figura 4 disponibiliza. A superação ou a expulsão do Paraíso, caracterizada como despertar da consciência, indica-nos que não há retorno possível sem abdicar da razão. Resta-nos, portanto, a opção de construir um ambiente social, uma civilização, na qual os humanos possam realizar-se plenamente, desenvolvendo as potencialidades contidas em suas almas. Para tanto, precisamos concluir o projeto humano iniciado com a saída do Paraíso. Observemos novamente a Figura 4 e percebamos que, quando olhamos para o mundo com a Equação da Existência e atingimos a etapa que caracterizamos como mundo humano, o que merece destaque nessa figura é o processo de conquista da razão pelos humanos. É claro que o processo também destaca as eras civilizatórias, com seus modos de ser e de viver típicos, mas o elemento motor retratado no esquema é a história da evolução do discernimento, dos sucessivos modos de pensar que viabilizam e tornam possíveis os modos de ser e de viver. No todo, essa etapa, que designamos por mundo humano, descreve a conquista da razão pelos humanos e a própria conquista de humanidade plena pela espécie, em processo que se completa apenas com o domínio e a universalização da lógica e do modo de pensar a totalidade. Essa conquista apenas pode ser realizada com a formalização da Equação da Existência e a formalização simultânea de todas as cinco lógicas, fatos que, potencialmente, tornam metódico o ato de pensar. Com o domínio pleno da razão, não apenas realiza-se o humano como se instrumentalizam os homens para a superação dos instintos e dos equívocos interpretativos que tanta tragédia têm causado aos povos e às nações ao longo da história. Não se conhece quais serão as soluções de organização social que a quinta era vai adotar, mas já está entendido que será uma era pós-ideológica, conforme defendido em outro trabalho (Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024).

Quanto à dimensão prática desse conhecimento, sabemos que o destino dos povos é determinado pelas suas elites políticas, e estas, particularmente no Brasil, não se têm destacado pelo apuro intelectual, aspecto não considerado como critério de seleção dos candidatos. A par disso, o projeto dos Estados Modernos e suas atualizações

não têm aportado avanços significativos sobre o projeto de Montesquieu plasmado na era Moderna e preserva, particularmente no Ocidente, o caráter monárquico do governo, em contradição com as intenções democráticas oficialmente apregoadas. De outro lado, o sucesso da ciência, da tecnologia e da produção modernas tem amplificado o valor da economia e produzido um espírito consumista voltado para bens materiais. Em contraste com tudo isso, a circulação de informações pelas redes sociais tem ensejado crescimento da capacidade crítica da população e revelado a predominância de índole patrimonialista nos agentes públicos encarregados da gestão do estado, aumentando as críticas e colocando em crise não apenas o modelo moderno de estado, mas também o próprio conceito de democracia.

Entretanto, quando se olha o mundo pelo prisma da Equação da Existência, com ajuda da Figura 4, verifica-se que tanto a realização plena do projeto humano quanto o sucesso existencial de cada indivíduo dependem simplesmente da conquista plena da razão, da racionalidade e da capacidade pessoal de discernimento, propiciadas pelo domínio da lógica e do pensamento da totalidade. Dado que esse conhecimento já está disponível, ele pode ser ensinado, transmitido e universalizado em uma população, independentemente da quantidade de riqueza econômica disponível. É claro que recursos tecnológicos facilitam e propiciam comodidades, mas não são em absoluto indispensáveis para que alguém conquiste a sua razão. Basta que a informação esteja disponível e as pessoas entendam a importância vital de dominar esse conhecimento, tanto para a sua realização pessoal como ser humano, como para a realização da sua comunidade, quer se trate de uma tribo, de uma nação ou da humanidade toda.

Quem pode, naturalmente, encaminhar isso são as elites políticas e culturais de um povo e as objeções razoáveis possíveis invocarão as dificuldades de parcela da população para dominar e operar conceitos filosóficos. Esse argumento tem parcela de verdade, entretanto, também apresenta as suas fragilidades. A perspectiva metafísica não é estranha à cultura judaico-cristã e à religiosidade estrutural da espécie, mas a sua visada também implica superação de crenças e conceitos historicamente cultivados que envolvem custos emocionais. Na época de vigência da concepção geocêntrica, acreditava-se que Deus era uma exclusividade da espécie humana e, depois, foi entendido que Ele era criador de toda a natureza. Uma concepção atualmente universalizada, apesar de virtuais traumas de transição. Outra implicação que opera no mesmo sentido resulta da reaproximação com a natureza implícita na perspectiva metafísica. Fala-se pouco, atualmente, em seleção natural, mas a natureza parece não se preocupar muito com desperdício. Vejamos, por exemplo, as imagens a seguir, que mostram o mesmo pé de manga na florada e na frutificação.



São milhares de flores lançadas à frutificação, e apenas uma centena que logram frutificar. Assim, também o leitor, em um dia, foi apenas um entre milhões de espermatozoides disputando sobrevivência, no entanto, apenas um está lendo estas palavras. Isso não significa que defendamos a exclusão da palavra compaixão do dicionário e do convívio social, mas, sim, que cada ser que recebeu a dádiva da vida precisa assumir a responsabilidade pela sua condução a bom termo e que essa responsabilidade não pode ser transferida para terceiros, sem renunciar à dignidade humana. Essa circunstância nada tem a ver com o fato de sermos uma espécie gregária e obtermos a nossa força pela ação coletiva, pela distribuição do trabalho e pela ajuda mútua. O convívio social traz vantagens evidentes, mas, para sermos realistas frente à natureza dada, precisamos considerar que também traz responsabilidades. O universo, já afirmamos isso, é o local de manifestação da organização, e civilização implica convívio social crescentemente seguro e regras de convivência correspondentes, em arranjo que privilegie o sucesso civilizatório. Apenas a orientação devida das crianças, a partir da mais tenra idade, pode produzir esse sucesso. Viabilizar isso requer governo esclarecido, como já recomendava Platão, com seu rei filósofo.

Para encerrar, voltemos à Figura 4, com um olhar panorâmico sobre ela. Se o modelo da Equação da Existência replica-se ao infinito na criação da existência relativa, essa figura mostra – no grau de abrangência adotado –, na condição de primeira etapa da equação, o paraíso natural e, como segunda etapa, o desenvolvimento mental do projeto humano. O que isso sugere? Sugere que, depois da conquista da condição humana plena, ainda são oferecidas mais três etapas para completar o ciclo, evidenciando que a conquista da humanidade plena não representará o fim da história e, além dela, são insinuadas mais três etapas superiores ao humano. Especular sobre o que vem a seguir, porém, deixamos com o leitor.

Brasília, janeiro de 2026.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PLATÔNICA DE BRASÍLIA. Disponível em:
<https://academiadeplatao.com.br/>.

RODRIGUES, Rubi G. *A razão holística*: método para o exercício da razão. Brasília: Thesaurus, 1999. 271 p.

RODRIGUES, Rubi G. *A teoria dos princípios... de Platão?* Brasília: Thesaurus, 2016. 319 p.

RODRIGUES, Rubi G.; RODRIGUES, Jônatas G. *Platão e a lenda do quinto império*. Brasília: Thesaurus, 2024. 214 p.

Créditos

Elaboração das figuras: César Dias Ribeiro e Cecília de Oliveira Rodrigues

Normalização textual: Cláudia Falcão